

QUANTO CUSTA PUBLICAR UM ARTIGO?¹

Guilherme Jeronimo²

*A enorme pressão para que docentes universitários publiquem **papers** em revistas internacionais de alto impacto não leva em conta os custos geralmente altos de tal publicação — e portanto é contraditória com o poder aquisitivo da maior parte da categoria. Publicar um artigo numa revista de prestígio chega a custar US\$ 5 mil (aproximadamente R\$ 20.600). No caso das universidades estaduais paulistas (USP, Unesp e Unicamp) os salários acumulam uma perda média de 15% desde 2014. “Vaquinha produtivista” entre coautores e financiamento por agências e programas são alguns dos meios utilizados*



Embora os artigos sejam uma das maneiras mais simples de fazer divulgar a ciência, seja por sua concisão e necessário encadeamento com outras pesquisas de sua área, seja pela facilidade com que aparecem em sistemas de busca, no modelo atual eles se tornam mercadoria³, gerando riqueza para editoras e acirrando desigualdades.

Ter uma revista pode ser um bom negócio, e há três modelos principais de publicação: as de submissão paga e acesso gratuito e as de submissão sem custos e acesso pago, além daquelas com submissão e acesso gratuitos,

porém com maiores dificuldades para lidar com custos e atrair colaboradores. Em geral esses custos incidem ora sobre o pesquisador, ora sobre recursos públicos. A *PlosOne*, que publica trabalhos da área de saúde, química e biologia, cobra US\$ 3 mil por publicação — R\$ 12.360 ao câmbio de outubro de 2019. Outras, como a *Nature*, que cobra US\$ 199 por ano do assinante individual (quase R\$ 820), são bastante disputadas pelos cientistas que para elas escrevem.

A “terceira via”, de publicações sem fins lucrativos e sem custos para publicação, ainda se organiza. Uma

de suas maiores iniciativas, a rede social ResearchGate, passa, nos últimos meses, por uma série de notificações judiciais a quem publica em suas bases, com pedidos de indenização por parte das editoras em caso de artigos próximos ou presentes em seu acervo.

“Embora eu não concordasse, percebi que esse era o único caminho, senão eu seria massacrado. Usei isso como uma ferramenta profissional, o que me faz infeliz, pois não é esse o caminho da qualidade”. Assim o professor Cláudio Alvarenga de Oliveira, docente da Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia (FMVZ) desde 1981, descreve sua relação com as publicações científicas. Na sua primeira década na USP, com sua área incipiente, não publicou um único artigo científico. Hoje, porém, Oliveira é líder de um grupo de pesquisa de Reprodução Animal e publica com orientandos da iniciação científica ao doutorado.

A publicação em revistas de alto nível tem grande peso no modelo produtivista de avaliação emanado da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e vigente na USP, que conta com adeptos obcecados em órgãos como a Comissão Especial de Regimes de Trabalho (CERT). Contudo, não é simples atender a essa imposição. No país, muitas áreas não têm revistas avaliadas pela Capes com conceito “A”, e publicar fora incide em custos. É comum editoras exigirem tradução juramentada, cujos valores de referência para o sindicato da categoria estão em R\$ 0,53 *por palavra*.

A editora Springer Nature, que publica trabalhos em áreas que vão da Física à Saúde, chega a cobrar US\$ 5 mil (cerca de R\$ 20.600) por publicação, em suas revistas de acesso aberto. A mesma editora também mantém revistas acessíveis somente para assinantes, como a *Nature*, que são bastante disputadas pelos cientistas.

Nos últimos três anos, o professor Oliveira e seu grupo da FMVZ dispenderam cerca de US\$ 5 mil, ao todo, para publicar sete trabalhos. Entre as despesas, traduções “coercitivas”, revisões “altamente técnicas” e taxas de publicação propriamente ditas. Empregaram, para tanto, recursos bancados por agências de apoio à pesquisa, como Fapesp, Capes e CNPq, mas também tiveram de dividir parte dos custos de publicação entre os autores, ou “aquilo que já se tornou praxe entre autores e coautores: a famosa ‘vaquinha produtivista’”, nas palavras do docente.

Um docente da área de saúde que prefere não ser identificado, por temer retaliações administrativas, vê um viés

perigoso no modelo avaliatório fortemente calcado em publicações: “Usam-se metas semelhantes para áreas muito díspares, dificultando para os pesquisadores que não têm grande disponibilidade de recursos”. Seu grupo amargou uma dezena de negativas em revistas internacionais de elite nos últimos anos: “Estou em estágio probatório e a minha área é pouco desenvolvida no país. Há poucas revistas para enviar e ficamos em desvantagem com centros mais estabelecidos, que detêm materiais de pesquisa e demais recursos para publicação em larga escala”, explica. A seu ver a pressão exercida sobre o pesquisador o força a adotar estratégias questionáveis, tais como dividir publicações com colegas por mera conveniência, ou publicar fora de sua área de origem, junto a campos de pesquisa mais estabelecidos. “Sou forçado a publicar em outra área, e por conta disso minha área nunca cresce. Nota-se, em geral, que as áreas-fins, que são escopo dos cursos, conseguem mais recursos”, completa.

O grupo de pesquisa do professor Paolo Ricci, do Departamento de Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), gastou cerca de R\$ 10 mil em publicações, na sua maior parte cobertos por recursos da Fapesp.

Ricci considera o cenário internacional de publicações digno de preocupação, pois “a concentração em grandes editoras prejudica a divulgação dos artigos e torna o sistema extremamente engessado”, e enxerga em alternativas de publicação e difusão sem custo, como o SciELO, um facilitador importante. O docente da FFLCH, que também atua como parecerista, destacou ainda um recente amadurecimento da área, que tem se tornado mais disputada, e vê de forma positiva esforços para publicações conjuntas, “desde que a parceria seja construída em cima de um projeto de pesquisa conjunto”.

O docente também aponta a melhora de qualidade dos periódicos nacionais. “Até cinco anos atrás eu diria que as revistas nacionais sofriam pela dificuldade em se organizar. Os pareceres demoravam, já tive artigo submetido mas ‘perdido’ pelo editor e assim por diante. Como parecerista tenho observado uma mudança nas revistas nacionais. Até uns anos atrás recebia artigos ilegíveis, com problemas de organização, falta de consistência, até sem bibliografia. Hoje isso não acontece mais. Acredito que aqui foi fundamental o papel exercido pelo editor da revista, que filtra quais são os artigos ‘aceitáveis’ e que se encaixam no perfil da revista”.

Paulo Cesar Sentelhas, docente da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq) desde 1996, é um desses editores, e vê como os principais desafios em sua tarefa a seleção de bons artigos, “já que recebemos muitas submissões, porém apenas uma parcela é de trabalhos relevantes — *Scientia Agrícola*, revista científica da qual sou editor-chefe, rejeita em média 90% dos trabalhos submetidos”, e a composição de um grupo de editores associados e revisores voluntários. “Às vezes chegamos a extremos de termos que convidar vinte a trinta revisores para conseguirmos obter um único parecer, que muitas vezes é de baixa qualidade. Portanto, o que vejo é uma falta de comprometimento com o sistema *peer review*”.

Sentelhas atua como revisor em cerca de vinte revistas nacionais e internacionais, além de fazer parte do grupo de editores de três revistas de sua área, que tem priorizado publicações sem custos, devido à falta de recursos. Nos últimos três anos apenas uma de suas publicações foi paga, ao custo de R\$ 2 mil, coberto com verba da Fapesp.

O grupo de Mauricio Cherubin, igualmente professor da Esalq, passa por realidade diferente: investiu algo entre R\$ 20 mil e R\$ 25 mil na publicação de alguns artigos *open access*, traduções e revisões, na sua maioria financiados por projetos de pesquisas de colegas envolvidos nas publicações, recursos de pós-graduação e uma pequena parcela de recursos pessoais. Em início de carreira, ele reclama da dificuldade de conseguir para seu núcleo bolsas de pós-doutorado, que ajudariam a aumentar a produção.

Cherubin também faz crítica ao modelo centrado em grandes editoras, que a seu ver impõe dificuldades de acesso, em razão dos custos envolvidos, e destaca a presença das editoras contra a publicação de artigos em plataformas abertas. “Faço uso do Research Gate e inicialmente meus artigos estavam disponíveis nesta plataforma, mas atualmente deixo disponível apenas aqueles de acesso aberto. É uma pena que o acesso aos artigos científicos seja inviável para uma pessoa que não esteja vinculada a uma instituição que pague por este acesso. Sem dúvida isso limita muito a difusão das informações”, diz. “Recebo constantemente e-mails de pesquisadores de diferentes

partes do mundo que não têm acesso aos artigos, solicitando o compartilhamento das informações”.

No entender do professor Gabriel Landi, do Instituto de Física da USP, a cobrança direta aos pesquisadores aprofunda desigualdades entre centros ricos e centros pobres e pode gerar distorções. Pesquisadores com acesso a maiores verbas publicam e ganham visibilidade, enquanto pesquisadores que dispõem de menores recursos financeiros eventualmente podem ver-se compelidos a se associar aos colegas que dispõem de maiores fundos para publicações. Para Landi, “isso não está certo” e precisa ser discutido. “Eu percebi o impacto disso, por exemplo, quando me peguei refletindo se era melhor enviar um estudante a uma conferência ou publicar um novo artigo. No Brasil temos que lidar com essa dificuldade mais do que pesquisadores de países que investem mais em pesquisa, e temos, algumas vezes, de escolher pelo custo, e não pela qualidade”.

Landi tem se mostrado um entusiasta por publicações alternativas: publicou 24 trabalhos nos últimos três anos, todos disponíveis no repositório *arXiv*, que cobra US\$ 10 por publicação (R\$ 41). Ele também tem se engajado em alternativas que tentam garantir revisão por pares de alto nível sem abrir mão dos custos baixos para publicação e nulos para acesso. Mesmo assim não tem escapado das publicações pagas. Quando conversou com a *Revista Adusp*, dois de seus trabalhos estavam para ser publicados em periódicos que exigem pagamento. Um deles, na revista *New Journal of Physics*, financiado com recursos para publicação da Universidade de Belfast, à qual um dos colaboradores está vinculado. O outro, na revista *Nature Quantum Information*, que cobra US\$ 2.500 (cerca de R\$ 10.300), teria seu custo dividido entre os pesquisadores.

A crítica de Landi estende-se às editoras, pois a seu ver “as revistas ganham milhões ao ano”, sem realmente dar um retorno à sociedade. “Outro dia tive de passar mais de uma hora procurando, com colegas e na Internet, um artigo de 1950, sobre física de matéria condensada e supercondutividade, pelo qual a editora queria me cobrar US\$ 100 [R\$ 412] pelo acesso. E no fim das contas, ele nem foi útil para mim!”

NOTAS

1 Uma versão preliminar deste texto foi publicada no site da Adusp em 13/11/2018: <http://bit.ly/33t3Hnb>

2 Guilherme Jeronymo (gjeronymo@gmail.com) é jornalista profissional.

3 Em texto publicado nesta edição (p.59), Marcos Barbosa de Oliveira contesta a definição de “mercadoria” para artigos científicos publicados em revistas.